



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 73

Sessão Ordinária de Setembro

6.ª reunião em 14-11-2012

Aos catorze dias do mês de Novembro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, e com a presença dos Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Sílvia Nunes Ferreira Ribeiro, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Catarina Marques Rocha Barreto, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Paulo Alexandre Florentino Marques, Artur Paulo Madaíl Lobo, Carlos Alberto Martins Nunes, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, João Condinho Vargas, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Daniel Filipe Moreira Lopes, Ivar Jorge Alves Corceiro, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.⁰¹

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, e Carlos Mário Magalhães Anileiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-Presidente Carlos Manuel da Silva Santos, e os Vereadores Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Helena Maria de Oliveira Dias Libório (saiu às 24:00 horas), João Francisco Carvalho de Sousa e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 21:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, João Pedro Rodrigues Santos Dias, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, João Condinho Vargas, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e António Manuel Santos Salavessa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins, Telmo Vieira Martins, e João Alberto Simões Barbosa, se fizeram substituir nesta reunião, respetivamente por, Sílvia Nunes Ferreira Ribeiro, Firmino Marques Ferreira, Catarina Marques Rocha Barreto, Carlos Alberto Martins Nunes e Daniel Ricardo Moreira Lopes.

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Anabela de Almeida Saraiva, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, Paula Cristina Urbano Antunes, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 10. – ESTADO DO MUNICÍPIO – MOÇÃO DE CENSURA.⁰²

(A apresentação da Moção de Censura à Câmara, foi feita pelo Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, Gonçalo Fonseca.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Vogal Gonçalo Fonseca:⁰³

“Sr. Presidente, Senhores Deputados. «Aveiro passou de capital de distrito invejada pelos municípios vizinhos a cidade secundária e apagada».

Esta frase vem hoje em destaque num dos mais conceituados jornais nacionais, e certamente é uma frase que certamente envergonha todos.

Não é uma afirmação de nenhum partido da oposição, como se poderia esperar, é antes uma interpretação livre de um jornalista que mais não fez do que relatar a realidade e quase surge como um desafio dentro de uma notícia sobre Aveiro.

Se outras razões não existissem, esta alusão a Aveiro chegaria para justificar uma Moção de Censura ao executivo do PSD/CDS, pois ela resume um caminho trilhado sempre pelo lado errado.

Quando um Partido que é tendencialmente uma alternativa ao governo local decide apresentar uma Moção de Censura é porque algo muito grave está a acontecer.

Ainda que uma moção de censura autárquica não tenha como consequência possível a queda do executivo camarário, a sua apresentação e discussão é uma oportunidade de olhar para os últimos sete anos (e esperemos que todos o façam) sem nenhuma mordaza partidária, interesse particular ou amiguismo.

A verdade é que hoje, o contacto com a população Aveirense permite-nos constatar que a maioria dos cidadãos manifesta uma opinião claramente negativa sobre a governação de Élio Maia e da coligação PSD/CDS.

Os erros sucedem-se, a incompetência alastra, a falta de rumo é visível e quem sofre as consequências são Aveiro e os Aveirenses.

Há sete e há três anos atrás, a coligação PSD/CDS e Élio Maia, ganhava as eleições prometendo aos Aveirenses uma solução para a exigente situação financeira da Câmara, sem por em causa as muitas outras obras e ações necessárias ao Concelho.

Dito de outra maneira, há uma dívida, nós sabemos como tratá-la e não nos vamos desculpar com ela para não pôr em prática o nosso programa.

Esta foi a promessa desta coligação e deste Presidente, há sete e há três anos atrás.

Mas não foi isso que aconteceu! O PSD e o CDS não fizeram senão isso – justificar a estrondosa incapacidade para gerir o Município com a requentada desculpa da dívida.

V.Exas demonstram possuir memória seletiva por interesse e vistas curtas por natureza.

Vale a pena lembrar o legado que receberam e que tem sido destruído e ignorado nas vossas mãos!

Ao nível das infraestruturas, Aveiro é reconhecidamente uma das cidades mais bem equipadas do país: um Teatro Municipal renovado, um Parque de Exposições moderno, uma rede viária facilitadora da mobilidade e incentivadora de novos usos, os canais da ria

prontos para mais um século de fruição, instalações dignas e adequadas à atividade do Município, mercados municipais reabilitados, uma rede de águas e saneamento em 98% do concelho, campos de jogos, estradas, museus, centros culturais, enfim...

Vale a pena dizer para que não haja uma utilização capciosa da nossa mensagem, que o Partido Socialista valoriza este património das chamadas “obras de betão”, na exata medida em que ele seja impulsionador de um modelo de cidade centrado nas pessoas.

Para que as pessoas tenham os locais e os espaços de qualidade para o seu lazer, para dinamizar os seus pequenos negócios, para a educação dos seus filhos, para que os funcionários tenham boas condições de trabalho, para que possamos receber bem os nossos turistas, para que convençamos os estudantes universitários a fixarem-se na nossa cidade, para que criemos condições para os empresários fazerem cá os seus investimentos, etc.

Sejamos rigorosos, quando V.Exas falam em herança, devem falar em tudo isto. Em 2005, Aveiro era um Concelho pujante, dinâmico ao nível cultural, desportivo, económico, mais justo do ponto de vista social — e relevante no contexto regional e nacional. Esta foi a vossa verdadeira herança

Mas Vexas, com a já característica incipiência da vossa acção, não foram capazes de perceber o potencial que vos legaram e a mensagem que a comunidade vos quis transmitir. Hoje, como há 3 anos, não souberam interpretar as expectativas de quem vos elegeru.

Obra feita, cidade mobilizada, um corpo de funcionários municipais motivado e altamente qualificado — estavam reunidas as condições para dar continuidade a um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Mas era demais, certamente era, como popularmente se diz: “muita areia para a vossa camioneta”.

Sete anos volvidos, o resultado é profundamente desolador. Pelo que não fizeram e pela ousadia e ilegitimidade de um conjunto de decisões que lesaram o Concelho e os Aveirenses e que terão consequências nefastas para as próximas décadas. O resultado da vossa gestão empobreceu os Aveirenses e este é um epílogo perturbador.

Venderam as Águas a preço de saldo. Consequência, prescindiram de uma receita; a água aumentou substancialmente e colocaram nas mãos de uma empresa pública – que este governo quer agora privatizar - a gestão de um bem fundamental.

Ofereceram os Transportes Públicos. Ao fim de 7 anos de terem agravado substancialmente a situação financeira da MOVE AVEIRO, de terem protagonizado episódios lamentáveis de não pagamento de salários, assumem o colapso de uma gestão desastrosa e oferecem a um operador privado o serviço, sem que para tal tenham cumprido as regras de boa gestão dos dinheiros públicos.

Destruíram um Complexo de Piscinas. Num processo a todos os títulos lamentável, conseguiram a proeza de vender a um preço lesivo para os cofres do município uma infraestrutura em troca do pagamento de uma hipotética dívida. Resultado: os Aveirenses perderam as piscinas, ganharam um pântano, o clube nunca pagou, e está hoje numa situação bem pior do que estava anteriormente.

Ofereceram a maioria da empresa PDA. Num negócio desenhado por quem tinha um pé no PSD outro na Autarquia. Lembro que era o Presidente da Comissão Política do PSD que coincidentemente também era o Presidente da PDA, tinha um pé no PSD e outro na Autarquia e uma mão na empresa beneficiária. A Câmara Municipal propôs um aumento de capital sem o acompanhar financeiramente, tendo como consequência a passagem para uma situação minoritária. Volvidos todos estes anos, os Aveirenses perguntam qual a obra da empresa PDA? Onde estão os investimentos da empresa nos últimos sete anos? E já agora, quanto custa a sua gestão?

Atrasaram sete anos a construção do novo Parque Escolar. A pretexto de uma parceria público-privada que nunca ninguém percebeu - trocar estacionamento por escolas - Vexas comprometeram o futuro das novas gerações. Não aproveitaram os fundos comunitários no tempo certo e da forma correta.

Resultado: Ainda hoje estamos à espera da reabilitação ou construção do primeiro verdadeiro e completo centro escolar.

Admitiram 48 novos funcionários na Câmara. Num momento em que se exige aos gestores públicos redobrada prudência nas decisões que se traduzem em custos, num momento em que alguns responsáveis políticos são postos em causa, e bem, pela utilização do seu poder em benefício dos que os rodeiam, Vexas decidiram abrir dois concursos para integrar nos quadros da Câmara 48 pessoas por tempo indeterminado.

Para além da decisão ser ela também reveladora da falta de capacidade de gerir e mobilizar os atuais funcionários municipais, ter a ousadia de abrir caminho para integrar nos quadros da autarquia filhos, enteados, mulheres e maridos, secretárias pessoais, gente do aparelho dos partidos — é um atropelo ético, é um acto pouco escrupuloso e altamente desprestigiante para os detentores de cargos políticos.

Mas a riqueza do património que herdaram é também composta por ideais de serviço público, lealdade, respeito e alto sentido democrático, da qual esta Cidade tem uma vasta tradição.

A vossa passagem pelo executivo camarário tem a marca da arrogância. Para vós não existem outros partidos, não existem outros cidadãos, ou melhor, só existem se vos forem fieis seguidores. E para isso já aqui têm nesta Assembleia dois grupos municipais (com pouquíssimas exceções individuais) que vos assinam diariamente cheques em branco.

Estes últimos 7 anos constituem um manual de soberba política, aliás, amplamente lembrado pelos partidos da maioria, quando mencionam a amplitude do resultado obtido há 3 anos atrás

Não é necessário sequer uma mão para poder contar os momentos em que ao longo dos últimos 7 anos, Vexas, na Câmara e na Assembleia Municipal, foram sensíveis a uma qualquer opinião, proposta ou recomendação dos partidos da oposição. Ainda que mais tarde viessem a ser obrigados a reconhecer o óbvio. Para refrescar a vossa memória, lembro a transformação da taxa de juros do empréstimo dos 58 milhões, de fixa para variável (proposta que o Partido Socialista desde a Primeira hora venceu) e que por vossa teimosia custou aos cofres da Câmara largos milhares de euros.

Não é necessário sequer uma mão para contar os momentos em que Vexas, depois do ato teatral de ouvir os Cidadãos, alteraram uma vírgula ao que antes já tinham decidido. Lembro por exemplo a discussão sobre a Ponte Pedonal por cima do canal central

E este exemplo é tão mais atual, quando ainda ontem o Sr. Presidente da Câmara teve a desfaçatez de justificar a não construção da ponte, com uma pretensa vontade de conciliar pontos de vista, quanto todos sabem que Vexa não vai fazer a ponte - a teimosa ponte -, porque não consegue, porque fez mal o projeto, porque fez mal as contas, porque não ouviu nem ouve as pessoas

São imensos os episódios em que os 2 Vereadores escolhidos por si, para a sua equipa, e com responsabilidades em pelouros prioritários da Acção política, foram pressionados, ignorados, preteridos, desautorizados e, mais tarde expulsos. E porquê? Por apenas pensarem pela sua própria cabeça, por chamaram a atenção para os erros que estavam a ser cometidos, por proporem outras soluções, enfim, terem ideias próprias e coluna vertebral.

Esta atitude é bem reveladora da forma como o Sr. Presidente da Câmara encara as opiniões dos outros.

Os Aveirenses não deixarão que quaisquer 7 anos de poder absoluto e arrogante ponham em causa uma tradição secular de democracia e relacionamento saudável com as forças sociais e políticas da Cidade.

Aveiro, enquanto Cidade capital de Distrito, polo aglutinador e referência de uma região supra distrital implodiu. A verdade é que não contamos para nada. Ninguém deixa de tomar uma decisão sem nos ouvir, sem perceber o que pensamos, sem avaliar a nossa opinião.

Podia ser um estilo mais recatado, podia ser uma troca de discrição de comportamento por eficácia de resultados. Mas então? Onde é que eles estão? Os estão os resultados?

Quais foram as decisões tomadas em que se perceba o peso político de Aveiro, ou pelo menos, a opinião de Aveiro. Em que fóruns estivemos? Em que reuniões é que o Senhor Presidente da Câmara não faltou? Com que decisores falámos ao longo de todo este processo?

Terá sido no caso do pórtico da SCUT? Que ainda cá está...

Terá sido a subalternização da gestão do Museu de Aveiro? Que deixou de ser um museu nacional e passou a ser gerido a partir de Coimbra

Terá sido a liderança do Projeto do Parque da Ciência e Inovação? Que resignadamente nos contentámos com uma participação irrisória de 5%?

Sr. Presidente, Senhores Deputados. Acumulam-se as denúncias de associações culturais, associações de cidadãos, de IPSS's, de empresas, das Escolas e Universidade, sobre a incapacidade da Câmara Municipal em se assumir como um dos principais dinamizadores do tecido económico e social da comunidade Aveirense. Papel que na maioria das vezes, não exige dinheiro, apenas cuidado, atenção e competência

Vivemos uma crise sem precedentes no país e ainda não escutámos uma palavra da coligação sobre como pensa o governo do município contribuir para uma saída da situação em que nos encontramos e para minimizar os efeitos da crise no dia-a-dia dos seus cidadãos.

As Autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesias, são os órgãos de poder mais próximos dos cidadãos. São porventura, não obstante as dificuldades, os únicos que têm mecanismos mais flexíveis para acudir a situações de vulnerabilidade social.

Devem portanto ser ousados nas suas competências, perspicazes nas suas prioridades, e sensíveis para perceber de que forma é mais justa e prioritária a gestão dos dinheiros públicos.

E o Partido Socialista pergunta ao Sr. Presidente da Câmara e ao PSD e ao CDS, se consideram razoável, digno e decente, a decisão de construir duas pontes absolutamente inúteis e supérfluas quando há milhares de concidadãos que não têm emprego, milhares de concidadãos que não podem pagar as suas casas, milhares de jovens que deixam de estudar, milhares de recém-licenciados que abandonam o país?

Para que servem as organizações do estado senão para garantir a dignidade da condição humana?

Para que servem os vossos mandatos e o voto popular se, ao final de contas, as pessoas não podem contar convosco quando mais precisam?

Como afirmámos no início, olhar para além da cor partidária, dos velhos amigos de casa, dos que estão sempre ao nosso lado quando estamos no poder, é o mínimo que se exige a um responsável político eleito diretamente pelo povo.

Foi o que o Partido Socialista fez. Ao longo de 7 anos nunca deixamos de criticar e propor alternativas. Vexas preparam-se para ir embora sem deixar nada de relevante à Cidade. Pelo contrário, delapidaram-na. Por estas e por muitas outras razões que certamente o debate vai evidenciar este é o momento certo para censurar.

Aveiro e os Aveirenses estão hoje bem pior do que há 7 anos atrás. O PSD e o CDS são os responsáveis pelo pior ciclo político da história de Aveiro.

Um falhanço que resumimos em duas palavras: incompetência e arrogância. Daqui a um ano já não será só o PS a censurar esta maioria. As próximas eleições autárquicas constituem o único sinal de esperança para todos os que assistem incrédulos a esta terrível realidade.

Ficamos assim na expectativa de ver a coligação PSD/CDS afirmar o seu orgulho no trabalho dos últimos 7 anos e, de braço dado com o Sr. Presidente da Câmara, ter a coragem e a humildade democrática de ir a votos nas próximas eleições e não fugir ao julgamento popular. Disse.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Pedro Machado Pires da Rosa, Maria Celina Capão Lourenço França Alves e Manuel Vieira dos Santos.)

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Élio Manuel Delgado da Maia.⁰⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Apresentar uma moção de censura deveria ser, ou deve ser, um momento especial da vida política. Tem de ser formulada com especial cuidado pois os termos dessa moção não só refletem a imagem de quem se pretende censurar mas igualmente a qualidade e o rigor de quem a elabora e de quem apresenta essa moção. A preocupação dos autores deve, assim, atender quer à forma, quer à substância, quer à ortografia.

O Partido Socialista com a presente moção manifestou desrespeito institucional ao apresentar uma redação descuidada, nada compaginável com a solenidade do instrumento político escolhido e muito pouco dignificante da vida pública aveirense. Diríamos a propósito do texto que na moção de censura do PS “grassa”, com dois “s”, a incompetência, desbota-se a graça, com um “ç” de cedilha, e ao olhar todos os aveirenses que ainda prezam o rigor cai em desgraça. Não há acordo ortográfico que salve esta moção de censura a si própria pelo uso indigente da língua portuguesa. Esta moção tem de voltar para a escola e fazer os trabalhos de casa.

Esta moção que é constituída por oito considerandos enferma ainda de diversos pecados capitais. Mas nada melhor que analisar a substância de cada um desses oito considerandos e que ocupam quase cem por cento da moção.

No primeiro considerando a moção acusa a maioria PSD-PP de não defender Aveiro a nível regional e nacional. Esta afirmação recorda, por exemplo, aos aveirenses que foi o governo do PS que pecou e não a maioria PSD-PP ao concretizar a maior injustiça contra os interesses de Aveiro ao colocar o pórtico de portagens na ex-scut junto ao Estádio. Foi o governo do PS que impôs aos aveirenses o pagamento de portagens no traçado do antigo IP5. Lembre-se que esta decisão foi implantada ainda o governo socialista não havia solicitado o programa de resgate financeiro à Troika, nem estava sujeito ao forte programa de restrições imposto pelo triunvirato.

No segundo considerando somos acusados, e hoje isso foi aqui reafirmado, de delapidar o património municipal. Na ânsia de pretender apresentar um cenário derrotista, falta à verdade. E aqui temos o segundo pecado. Na tentativa de encenação da catástrofe desacredita-se na deixa inicial. O PS sabe muito bem, e foi referido ainda aqui no decorrer dos trabalhos desta sessão, numa das anteriores reuniões, que a partir de dois mil e oito, numa perspectiva de rigor, de clareza e de transparência, o município passou a apresentar o seu inventário de bens e a lança-lo em contabilidade. E o PS também sabe que entre esse ano de dois mil e oito e o termo do ano de dois mil e onze o património municipal se valorizou nos itens bens de domínio público, imobilizações corpóreas, investimentos financeiros e no imobilizado em curso, no total superior a sessenta milhões de euros. O património do município conforme se confere nas contas oficiais do município, validadas por uma entidade externa, foi reforçado e não delapidado. O património municipal, exatamente ao arrepio e ao contrário do que o PS sabe e escreve nesta moção, foi valorizado em mais de sessenta milhões de euros.

No terceiro considerando o PS deixa um registo de que os funcionários estão desmotivados. E este é o terceiro pecado. Trata os funcionários municipais com desrespeito, enviando uma mensagem que não se coaduna com o brio, com o empenho e com o entusiasmo com que profissionalmente, eles estão comprometidos. Desde dois mil e nove que foram certificados pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação), entidade externa e competente para o

feito, doze serviços municipais. Um registo assinalável que valoriza o reconhecimento das competências dos funcionários municipais e que asseguram o serviço que prestam à comunidade pela qualidade.

O quarto considerando remete para a saída e entrada de vereadores. Quanto a vereadores, este será o quarto pecado, não vamos falar dos vereadores do PS eleitos pelos aveirenses para o Executivo Municipal que debandaram dos cargos para os quais foram eleitos. Só no anterior mandato, e neste, pelo menos sete vereadores eleitos pelo PS apresentaram a demissão não levando, como era sua obrigação, o mandato até ao fim. Ainda há apenas um ou dois meses foi o candidato que o PS apresentou nas últimas eleições à Câmara que se demitiu. E com este pecaminoso passado vem agora o PS, esquecido desse seu inusitado currículo, tomar a iniciativa de falar em vereadores. Mas o que é preocupante é que esta postura revela, no essencial, a conflagrada ausência de ideias do PS, partido que desistiu do debate de propostas políticas, abdicou do sentido construtivo e solidário que constitui um imperativo ético da democracia reduzindo a esfera do discurso público ao protesto permanente, à crítica infundada e à lamúria inconsequente.

No quinto considerando refere que apresentou várias propostas, certamente brilhantes, sem conhecerem resultados práticos. O PS que deixou a Câmara Municipal falida apresenta agora esta moção, julgando que através de propostas que diz que apresentou, mas que não apresentou, branquear as suas enormes responsabilidades. Mas lembre-se que deixou dívidas monstruosas e que nem sequer procurou em as lançar todas em contabilidade e em estabelecer um plano de pagamentos. Era nessa altura que deveriam ter tido propostas e competência. A avaliar pelos resultados não tiveram nem umas nem outras. Só as têm, ou procuram demonstrar que as têm, quando são oposição. Recordam-se, por exemplo, as dívidas monstruosas à REFER, à SOMAGUE, à SIMRIA, para além dos incontáveis contractos assinados com pesadas cláusulas indemnizatórias e com lotes hipotecados e vendidos em simultâneo, recebendo, pelo mesmo imóvel, dinheiro de dois lados. E se o PS erra no modo, pois foi sua a responsabilidade do descalabro das contas municipais, a moção falha também no tempo. No relatório sobre a situação económico-financeira da Câmara relativa ao primeiro semestre de dois mil e doze, documento também aqui analisado numa destas reuniões, o Revisor Oficial de Contas (ROC) afirma que a situação financeira da Câmara melhorou.

Esta moção não passa de uma manobra oportunista e deslocada de uma realidade que o PS não quer reconhecer: as contas do Município melhoraram.

No sexto considerando, que corresponderá ao sexto pecado, escreve que somos indiferentes às opiniões expressas. Temos, como sabem, um programa para cumprir que foi democraticamente sufragado e no qual temos hipotecado o que temos de mais nobre: a nossa palavra.

Temos o dever de lutar e de defender os princípios e os valores em que acreditamos. Temo-lo feito por dever de consciência. Mas na prática, reafirmo na prática, temos estado sempre de portas abertas e sempre disponíveis para dialogar e para, sempre que nos parece justo, corrigir o caminho que estamos a seguir. Os factos falam muito melhor do que nós. Este assunto faz-nos lembrar os pecados de um tempo ainda muito recente em que a um pedido de um presidente de junta de um banal estudo urbanístico a resposta era: só se aqui vier a polícia buscá-lo. Outros tempos e outras posturas de quem agora quer vestir a pele de cordeirinho manso.

No sétimo considerando, hoje aqui omitido, somos acusados da falência do nosso modelo para resolver a situação financeira do município. E a prova que apresenta é o facto de termos aderido ao PAEL. Aqui será o único considerando em que o pecado será venial, já que a caneta ou as teclas, e o próprio tempo e a realidade, vieram demonstrar o contrário. Isto é, como não houve adesão ao PAEL, o PS reconhece o êxito do modelo financeiro implementado pela maioria PSD-PP.

No oitavo e último considerando é feita a síntese, a súmula, a epítome, dos sete anteriores considerandos.

Escreve o PS: «considerando em síntese que os compromissos eleitorais e os planos e orçamentos apresentados e aprovados pela maioria PSD-PP e do Presidente da Câmara foram um exercício de manifesto retrocesso no desenvolvimento da comunidade comprometedor do nosso futuro colectivo». Considerando, então, em síntese esta síntese, o PS propõe à aprovação de uma moção de censura, atenda-se muito bem, aos compromissos eleitorais apresentados pela coligação. Como esses compromissos eleitorais, juntamente com os do PS, os do Bloco de Esquerda e os do PCP foram colocados à escolha democrática dos aveirenses, e os aveirenses, livremente, escolheram os nossos, aquilo que o PS está aqui a pretender criticar, em primeira instância, são os próprios aveirenses por terem votado no nosso programa e no nosso compromisso, e, imagino, por não terem votado no programa do PS.

Paralelamente, o PS põe em causa a própria essência do regime democrático e concede ao povo o poder de juiz soberano de escolher, dos diversos programas, aquele que considerar o melhor. Mas como o povo uma vez mais, certamente por engano, não escolheu o do PS, é também incompetente. Esta moção pretende, assim, evidenciar a incompetência do povo sempre que não vote como o PS de Aveiro quer.

Escrever ainda, como o PS de Aveiro escreveu nesta moção, que cumprir os compromissos eleitorais votados e escolhidos pela população compromete o nosso futuro colectivo, para além de ser, vindo do PS, terrivelmente irónico face à penúria em que deixou o país e o concelho, comprometendo, ele sim, o nosso futuro colectivo, o de Aveiro e o do país, trata-se da mais afinada arrogância que os aveirenses não podem aceitar.

O PS revela, na sobranceria exibida, enorme falta de respeito pelos cidadãos e pelos eleitores. E essa atitude justifica e merece repúdio e veemente censura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta moção não tem razão de ser. É errado censurar a coligação PSD-PP por não estar a cumprir o programa eleitoral do PS. Obrigação democrática que nos cabe é a de cumprir os compromissos eleitorais que foram sufragados pela maioria dos aveirenses em eleições livres. E aquele programa que os aveirenses, livre e democraticamente, sufragaram e escolheram de forma claríssima e inquestionável, foram os nossos, foram os da coligação PSD-PP.

Em conclusão, esta moção evidencia a total falência moral e ética do modelo de oposição do Partido Socialista, da prática destrutiva continuada, do persistente bota-abaixo, de uma permanente guerra sem quartel, uma atitude tão obstinada que se revela irrazoável, incompreensível e inaceitável.

A crítica exposta, como vimos, à suposta adesão da edilidade ao PAEL é bem o exemplo paradigmático que o PS, no seu incontrolável afã de criticar, dispare sobre tudo, sobre todos e até sobre a sua própria imaginação. Assim se percebe a gratuitidade e o sentido inócuo da moção, que, como vimos, não tem substância, nem coerência, nem graça.

A única resposta que esta moção merecia era que fosse aqui apresentada e votada uma moção de censura a esta moção de censura do PS, para que as inverdades, a demagogia, a arrogância e a incoerência, presentes na moção do PS, pudessem ser objeto do mais vivo repúdio desta Assembleia e de todos quantos ainda prezam o rigor, a humildade, a coerência e a verdade. Disse.”

Membros da Assembleia

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁶

“Sr. Presidente queria fazer um voto de protesto, por favor. Não vou entrar nas questões que o debate trará, para nós conversarmos agora. Parece-me lamentável que o Sr. Presidente da

Câmara faça chicana política!? Peço desculpa, mas não tem nada a ver com questões de conteúdo.

Acho lamentável que o Sr. Presidente da Câmara faça chicana política com o pedido de substituição ou de renúncia do nosso ex-vereador e candidato à Câmara, que alegou exclusivamente motivos de saúde que são reconhecidos por todos — e que de outra forma não teria acontecido. Acho que é lamentável o Sr. Presidente da Câmara fazer chicana política com uma questão que tem a ver com motivos de saúde”.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁷

“Sr. Presidente também para um voto de protesto pelo tom como o Partido Socialista apresentou a sua moção e as palavras nada dignas que teve para com a Câmara Municipal e para com os próprios membros da Assembleia que apoiam a Câmara, a coligação, inclusive o próprio Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e a Mesa da Assembleia. Também protestar por, apesar destas palavras indignas que ouvimos pelo Partido Socialista, aqui nesta Assembleia, apesar de não concordarmos estivemos calados a ouvir, o mesmo não se passando enquanto o Sr. Presidente da Câmara, no direito que lhe assiste em se defender, ter proferido as suas alegações e alguns membros do Partido Socialista terem estado a fazer barulho que não é digno para com esta Assembleia, não é digno para com o Sr. Presidente da Câmara e não é digno para o momento que estamos a viver, com a solenidade que afinal o Partido Socialista devia dar à sua própria moção de censura.”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. O PCP considera que esta Câmara é passível de censura e daí que logo à partida manifeste a sua disposição em votar uma moção de censura apresentada pelo Partido Socialista. Isto no caso de a vir a apresentar, porque nos termos em que temos este documento à nossa frente nós não temos nada que seja objeto de deliberação destacado do texto da moção. Aquilo que é dito é o documento de agendamento e que termina com o grupo municipal do PS na Assembleia Municipal a propor uma aprovação de uma moção de censura. Ora se propõe uma aprovação de uma moção de censura eu gostaria de a conhecer. A não ser que este seja o texto da moção de censura e, neste caso, a palavra moção deveria ser retirada e isolar aquilo que é objeto de deliberação. É um especto formal, mas vale o que vale e se quiserem tomá-lo em consideração agradecia que o fizessem.

Quanto ao conteúdo, às razões detalhadas deste voto, reservo-as para uma segunda intervenção que desejo enriquecer com os contributos da primeira volta do debate.”

Presidente da Mesa⁰⁹

Vogal António Salavessa (PCP)¹⁰

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹¹

“Boa noite a todos. Neste tempo em que vivemos num regime de empobrecimento forçado de milhões de pessoas de que este Executivo também faz parte a minha primeira palavra na discussão da moção de censura vai precisamente para a grande moção de censura que hoje foi dada nas ruas da europa e da ibéria. Pela primeira vez houve uma greve geral ibérica e a nível europeu, neste século. Devo saudar ainda os sindicatos da UGT que decidiram aderir a esse protesto. Em relação à moção de censura do Partido Socialista, o Partido Socialista recusou censurar o governo, mas apresenta aqui uma moção de censura e é sobre ela que nós falamos.

A primeira coisa que eu devo dizer, e lamentar na questão da moção de censura, é que é uma moção de censura fechada sobre si própria. Não perde valor por isso, apenas quero dizer que é fechada sobre si própria. Naquilo que refere o seu ponto cinco em que fala das soluções dos

eleitos do Partido Socialista e mais ainda com a intervenção do Gonçalo Fonseca a louvar o passado. Sejam bastante claros. Nós não estamos a avaliar o passado, o executivo passado do Partido Socialista, estamos a fazer uma moção de censura a este Executivo e é sobre isso que nós falamos. Não entramos em actos de autojustificação ou de autocomiseração do Partido Socialista. Aliás, já agora, o Partido Socialista pediu a Élio Maia para se recandidatar, o Bloco de Esquerda não se mete nessa questão, e também devo dizer que para o Bloco de Esquerda não interessa para esta questão se o Partido Socialista está a preparar ou não uma recandidatura de regresso ao passado. Essa discussão não está aqui. Se o Partido Socialista quer agendar alguma sessão sobre isso, logo falaremos. O que nós estamos aqui a fazer é a discutir uma moção de censura a este Executivo. E a pergunta que se coloca é se este Executivo merece ou não censura.

O Bloco de Esquerda considera que merece e há vários motivos para essa censura. O primeiro desses motivos é que este trata-se apenas de um governito PSD-CDS exactamente à semelhança daquilo que é o governo nacional. Este governo não protege as pessoas e ataca os aveirenses. Vejamos as alterações nacionais à Lusa, aos horários dos comboios, ao hospital, às portagens, à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, à Lei dos Compromissos e ao Museu. Mais ainda, este Executivo também aumentou serviços e criou novas taxas, desde os transportes, à taxa que vamos discutir a seguir e à turística. Este Executivo, num momento em que se prepara a privatização das águas pela parte do Governo, não só garantiu o aumento do preço da água como preparou o sistema das águas para privatização através da agregação.

Naquilo que é a lei das freguesias também temos a mesma resposta. Portanto, tudo aquilo que o governo nacional quis fazer em Aveiro para tirar qualidade de vida, este governo disse sim, com um grande sorriso aberto e tratou de executar, operacionalizar, preparar e tornar isso uma realidade. Portanto, o primeiro motivo de censura pelo que o Bloco de Esquerda entende que este Executivo deve ser alvo é por ser colaboracionista com o governo nacional naquilo que é o maior esmagamento social na história da democracia portuguesa.

O segundo ponto prende-se, acima de tudo, com as escolhas políticas deste Executivo. Aliás, devo dizer que é a própria incompetência e incapacidade deste Executivo que muitas vezes protege os aveirenses como no caso do PAEL, como no caso da ponte, como em muitos outros casos. Os seus objetivos não foram concretizados, como no caso do famoso negócio do estacionamento numa parceria de rendas cruzadas com as escolas. Na MoveAveiro se foi criada uma empresa municipal este Executivo deu o passo seguinte: o ataque aos trabalhadores, o desmembramento e a dívida da MoveAveiro. Se no PDA ele no início foi vendido por um “prato de lentilhas” à empresa privada, agora este Executivo deu o passo seguinte: dívida da maioria do capital. Se o Estádio foi construído e retirado do PDA este Executivo dá o passo seguinte: dívida do Estádio, pelos vistos, a um acionista de uma sociedade anónima. Se em caso de promiscuidade com o futebol era mau quinhentos mil euros por ano por uma coisa que a Câmara pagava e que já era sua, o negócio das piscinas convenhamos já é um escândalo.

Portanto, de facto, este Executivo não resolveu um único problema que tinha e ainda criou mais. Não criou soluções, por exemplo continuamos com zero de acção social. Portanto, o segundo motivo é que rejeitamos as escolhas políticas deste Executivo porque consideramos que elas são contrárias aos interesses dos aveirenses.

O terceiro motivo prende-se com a democracia. Basta ver o Orçamento Participativo, para a forma como ele foi promovido, pela forma como foi cooptado para a decisão para a Câmara Municipal e, valorizando todos os cidadãos que nele participaram, a Câmara Municipal não tem nenhuma que sejam mistas com o Parque da Sustentabilidade, nas Pontes, no Alboi ou nas árvores na Avenida. A Câmara governa completamente sozinha e para si, sem a participação dos cidadãos.

O último motivo e mais importante são os negócios fantásticos e ruinosos que nós consideramos que este Executivo tem conduzido ao longo dos tempos. As piscinas, o Estádio, o complexo imobiliário que foi aprovado para o redor do Estádio que parece ser dirigido a um acionista, a questão do estacionamento em que já foram abatidas as árvores, o urbanismo é ditado para que dê rentabilidade a esse estacionamento, a ideia anterior das parcerias com as escolas, a ideia actual de privatização por sessenta anos, mesmo no caso do PAEL, que o Bloco entende que deve ser rejeitado, e assim foi, a Câmara Municipal anunciou primeiro que ia aderir e recuou. E vemos que esse recuo pelos vistos está relacionado com a intenção da Câmara Municipal continuar a fazer parcerias público-privadas. O Plano de Saneamento Financeiro em que ninguém acredita, que não resolve problema nenhum, que prevê a privatização do Estádio por sessenta e cinco milhões de euros, a sua concessão. E mais grave que tudo: as águas. Começamos pela AdRA com os aumentos de preços, uma estrutura ao serviço da privatização, o governo prepara a agregação de vários serviços de águas e este Executivo ainda nada disse sobre isto. Mas a história da AdRA é simples. A Câmara Municipal recebe hoje algum dinheiro, aumenta esmagadoramente hoje os preços à população e compromete o futuro porque perde um activo, perde o controle sobre algo essencial à população. Mais ainda, as Águas do Vouga foram entregues a acionista das Águas de Barcelos, sabendo esta Câmara que as Águas de Barcelos estão a levar a Câmara de Barcelos à falência. E mais. Fizeram-no com o mesmo modelo de negócio. Sem concurso público, lucro garantido sem risco, à revelia daquilo que são as decisões do Tribunal de Contas, e os caudais mínimos, em quatro anos, aumentam quarenta por cento e o investimento é todo com dinheiro público e para a população aumentos de cinquenta por cento em sete anos. Portanto, este negócio das águas é uma calamidade.

O quarto motivo pelo qual o Bloco de Esquerda considera que este Executivo deve ser censurado é, precisamente, pelos negócios ruinosos, porque compromete o futuro de Aveiro, compromete a vida dos aveirenses, compromete as finanças no presente e no futuro, e ataca os serviços públicos. Sejamos bastante claros. Existem vários motivos para censurar este Executivo, na população sente-se essa censura, manifesta-se essa censura, e o Bloco de Esquerda considera que, de facto, este Executivo é censurável e a sua actividade também. Obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)¹²

Vogal Romana Fragateiro (PS)¹³

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁴

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Digníssima Mesa. Sr. Presidente da Câmara. Ex.mos Vereadores. Caros colegas. Muito boa noite.

A moção do PS sobre o estado do município é uma fotografia nítida do estado da oposição feita pelo PS. Desfocada, confusa, desenquadrada e manipulada. Vazia de conteúdo e de substância, cheia de clichés gastos, de falácias e alegorias, habitualmente usadas pelo PS no debate político. Esta moção traduz o estado de alguma excitação e desnorte a que chegou o PS em Aveiro, ainda não refeito do tremendo desaire eleitoral nas últimas autárquicas, mas a sonhar com o efeito provocado pelas ondas de choque de austeridade na população portuguesa que já lhe valeram uma vitória quase que improvável nos Açores.

Vejamos pois o que dizem estes argumentos esgrimidos pelo PS.

Primeiro, diz-se que a maioria PSD-CDS e o Presidente da Câmara têm demonstrado uma permanente incapacidade de defesa dos interesses de Aveiro ao nível regional e nacional. Implícito, neste ponto, está a mistificação de que o PS e o Dr. Alberto Souto foram os paladinos de Aveiro. Os Aveirenses têm o direito de saber em que é que a sua terra foi beneficiada pela influência directa de tão inclados cidadãos. Desviaram investimentos de outro lado qualquer para os trazer para Aveiro? Criaram muitos postos de trabalho para

além daqueles que resultaram da indiscriminada instalação de grandes superfícies e que criaram as condições para a degradação do comércio tradicional no centro urbano? Também subjacente a esta ideia está a de que os políticos de Aveiro não têm peso político no contexto regional e nacional. Mas esta é uma velha questão que entronca no nosso sistema político dominado pelo centralismo de Lisboa e pela falsa regionalização sediada em Coimbra. Para além do trabalho político que tem vindo a ser feito pelos deputados do PSD em defesa da região e muito concretamente na manutenção da Linha do Vale do Vouga e na recuperação dos solos agrícolas do Baixo Vouga, entre outras iniciativas de impacto na região, sabe-se o que é que andam a fazer os deputados do PS eleitos pelo círculo de Aveiro para além de andarem a apelar ao corte do compromisso que eles próprios assinaram com a Troika, para evitar a bancarrota? Caríssimos, não é de agora que Aveiro dá ao país muito mais do que o que recebe do país. E aquilo que Aveiro tem recebido, se não se deve ao lobby dos doutos e pesados políticos de Aveiro, deve-se, em muito boa parte, ao empreendedorismo, à dinâmica e ao espírito de iniciativa das suas gentes, às condições oferecidas pela Câmara aos investidores em matérias de taxas municipais muito competitivas face à média nacional, deve-se à atração exercida pela sua Universidade, à existência de uma mão-de-obra qualificada e disponível, à sua localização estratégica, à sua boa rede de transportes e das infraestruturas portuárias, rodoviárias e ferroviárias, tudo razões ponderosas para influenciar as decisões mais importantes ao nível do investimento interno e externo geradores de emprego e de valor para a economia local, regional e nacional. É verdade que desde sempre se sentiu em Aveiro um sentimento de secundarização ou menoridade relativamente a Coimbra que, através da sua secular e prestigiada universidade, aliás, factor aglutinador de boas vontades e de convergências que percorrem todo o espectro político, ou através da Comissão de Coordenação da Região Centro ou ainda através dos vários organismos ministeriais instalados na cidade do Mondego, acaba por exercer uma influência determinante na aprovação de projectos e de verbas que poderiam ser canalizadas não só para a região de Aveiro mas também para toda a região do Baixo Vouga Lagunar.

Os exemplos abundam mas apenas refiro a ilógica concentração hospitalar em Coimbra quando Aveiro precisa, há muito tempo, de um novo hospital. E as obras sem fim do Baixo Mondego em detrimento das sempre adiadas intervenções nos terrenos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar. Do mesmo mal se queixam o Porto e o Norte, aliás todo o país relativamente a Lisboa que apesar de estar muito acima da média comunitária e, conseqüentemente, não poder, em princípio, usufruir de verbas do fundo de coesão, recebeu do governo do Partido Socialista quantias enormes de dinheiro que, evidentemente, fazem falta às restantes regiões e concretamente a Aveiro.

Segundo, ficamos a saber que para o PS a concessão do serviço de águas e transportes são a delapidação do património municipal, porque é natural que se conclua que para o PS aqueles serviços deveriam estar todos na dependência directa da Câmara, dos Serviços Municipalizados e da MoveAveiro assumindo, o Município, todos os encargos decorrentes da modernização e da disponibilização desses serviços a todos os aveirenses. Serviços de manifesto interesse público não poderão ser melhor efetuados por empresas privadas sob a estrita observância das orientações de qualidade e controle da Câmara com menos custos para o erário público? Para o PSD é claro que sim. Mas para o PS habituado a governar sem critérios de eficiência económica, sem se preocupar com o défice e a dívida do município e do país é óbvio que não. A proposta do PSD passa pela concessão, se possível, desses serviços a empresas privadas ou pelo estabelecimento de parcerias que permitam a modernização dos equipamentos, normalmente de capital intensivo que assegurem o financiamento dos investimentos necessários sem agravar o nível de endividamento do Município e que prestem bons serviços à população, numa lógica de compromisso entre custo-benefício económico e social.

Srs. Deputados. Em dois mil e cinco, a EMA, o Teatro Aveirense e os SMA estavam em falência técnica. Os activos totais do município eram, em dois mil e cinco, de duzentos e um milhões de euros, enquanto que, em finais de dois mil e onze, eles eram de duzentos e noventa e nove milhões de euros. Houve um aumento substancial dos activos e não o contrário, como se afirma na moção.

Em terceiro lugar. É fácil falar da desmotivação dos funcionários da Câmara quando desde há muito os funcionários públicos têm vindo a ser confrontados com cortes nos seus vencimentos, nos subsídios de férias e de natal, nas prestações sociais e com o agravamento dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações. Não passa, pois, de uma insinuação grosseira atribuir o descontentamento generalizado dos funcionários camarários às propaladas e falsas desconsiderações do Presidente e do Executivo Municipal.

Em quarto lugar, alega o PS que o projecto da coligação “Por Aveiro” é débil e inconsistente, pelos vistos, apenas porque houve alterações no Executivo no decurso deste mandato. A coligação PSD-CDS apresentou um projecto político forte e credível aos aveirenses nas últimas eleições autárquicas. E a resposta dos aveirenses foi clara. Na execução do mandato nem tudo pode correr conforme o previsto e conforme o desejável, de que são exemplo as alterações aos projectos do Parque da Sustentabilidade e as alterações no próprio seio do Executivo. É verdade que estas mudanças geraram algum mau estar no Executivo e na coligação, como não podia deixar de ser. Mas em democracia temos que encarar estes conflitos como normais sobretudo quando se conjugam ideias, ideários e personalidades diferentes, como normais e saudáveis são as remodelações no Executivo sempre que o Presidente considere imprescindível o refrescamento da sua equipa em ordem a alcançar os objectivos globais e sectoriais propostos.

Em quinto lugar. A posição do PS em relação às propostas do Executivo Camarário tem-se pautado pelo chumbo invariável e sistemático. Para o PS todas as apostas do Executivo são más, ou por razões meramente formais ou por falta de documentos ou por falta de enquadramento ou por falta de estudos técnicos ou por má apresentação ou por desnecessárias ou por serem caras ou por serem baratas ou por teimosia ou por divergência insanável ou porque não convém ou por isto ou por aquilo. O PS tem tido uma posição sempre coerente perante as propostas da Câmara: vota sempre contra.

O Executivo tem sido sensível às ideias expressas pela comunidade aveirense, o que não quer dizer que tenha de fazer tudo conforme a comunidade propõe.

Recordo os contributos da população na contribuição do Plano Estratégico de Aveiro e no projecto, em curso, da Avenida. Lembro ainda algumas alterações ao projecto do Parque da Sustentabilidade, na Baixa de Sto. António e na Ponte sobre o Canal Central, e aos regulamentos municipais, nomeadamente a entrada em vigor da taxa turística. Também não posso deixar de salientar aqui a justeza das acções da Câmara apesar das opiniões expressas pela comunidade, como no caso da substituição das árvores da Avenida Lourenço Peixinho e do arranjo da Praça Joaquim Melo Freitas. Gostaria ainda de sublinhar a importância da iniciativa do Orçamento Participativo que este Executivo lançou como forma de auscultação dos anseios da comunidade e da integração dos seus projectos nos planos de actividades e orçamentos municipais. E gostaria só de pedir a complacência da Mesa porque me falta apenas um ponto e eu prescindiria depois de usar da palavra.

Em último lugar, o PS diz que o recurso ao Plano de Ajuda aos Municípios traduz a falência do modelo do Executivo. Não só o Executivo não recorreu ao referido plano, o que derruba pela base o argumento do PS, como o Executivo tem vindo a reduzir o volume do endividamento do Município e tem-lo feito de forma consistente e continuada. É muito significativa a redução da dívida do município atestada pelos sucessivos balanços e pelo Revisor Oficial de Contas da Câmara em documento recentemente apresentado a esta Assembleia, como significativos são os esforços do Executivo na contenção dos custos de exploração. Em dois mil e cinco o passivo total era de duzentos e sete milhões de euros,

enquanto que em dois mil e onze já só era de cento e oitenta e seis vírgula oito milhões de euros, e as dívidas de curto, médio e longo prazo baixaram de cento e oitenta e cinco milhões para cento e quarenta e seis milhões. Isto não considerando as dívidas ocultas que foram claramente evidenciadas que, no relatório da Inspeção Geral de Finanças, andavam na ordem dos quarenta e seis milhões. O PSD entende que o Executivo deve reformular o Plano de Saneamento Financeiro inicialmente aprovado em dois mil e oito, devido à alteração substancial da alteração económico-financeira do país que vive uma crise profunda, e que o Executivo, no Plano e Orçamento para dois mil e treze, deve continuar a concentrar os esforços na redução da dívida, verdadeiro cutelo que impele sobre as nossas cabeças, na realização de investimentos estritamente necessários e que recorram maioritariamente a fundos nacionais e comunitários, ao reforço da acção social e à contenção das despesas correntes. Esta é a única via para o futuro de Aveiro que o PS hipotecou, o caminho que desejamos trilhar pelo desenvolvimento sustentável da comunidade aveirense. Tenho dito.”

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁵

“Muito obrigado. O Sr. Deputado já falou bastante mas julgo ser um prazer ouvi-lo a responder a uma questão. O Sr. Deputado disse na sua intervenção que na questão das águas entende que as águas devem ser concessionadas para que os encargos decorrentes sejam pagos pelo privado e não pela Câmara Municipal. Eu queria que o Sr. Deputado explicasse a esta Assembleia porque é que aprovou o negócio das Águas do Vouga, vulgo Águas de Barcelos, em que o investimento que as Águas do Vouga têm que fazer são trinta vírgula quatro milhões de euros. Deste valor dezasseis vírgula trinta e quatro milhões vêm de um fundo público que é o POVT e o restante deste valor, na totalidade, vai ser adiantado pelos municípios. Portanto, o concessionário não vai gastar um euro, um cêntimo. Não vai entrar com um euro ou um cêntimo para as Águas do Vouga. Portanto, explique-nos lá como é que aprovou um negócio que põe o risco todo do lado da autarquia, põe o financiamento todo do lado do público, e põe tudo o que é lucro e o que é poder do lado do privado. É que a bota não bate com a perdigota. O Sr. Deputado está a defender uma coisa e votou outra coisa em prejuízo dos aveirenses.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁶

“O meu colega de bancada e amigo Olinto Ravara deve estranhar o facto de eu fazer um pedido de esclarecimento, mas, de facto, vou fazê-lo. E vou fazê-lo pelo seguinte. Da sua intervenção resultaram inúmeros números que estão certamente reflectidos em documentos fiáveis que comprovam esses números. Ouvi com atenção a elocução que fez, mas ao mesmo tempo, olhando para a cara de alguns Srs. Deputados da oposição que abanavam com a cabeça, aparentemente esses números não estariam correctos. Eu gostaria de saber onde é que se baseou para ir buscar esses números e, de facto, se os números não estão correctos alguém que apresente outros que consubstanciem a não correcção destes mesmos números.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁷

“Muito obrigado, Sr. Presidente. A fonte dos números são os Balanços, as Contas e os Relatórios, bem como os relatórios de gestão do município. o Relatório do Revisor Oficial de Contas e o Relatório da Inspeção Geral de Finanças que foi apresentado em dois mil e sete. Relativamente em relação à questão das águas, efetivamente aquilo que eu penso é o que consta do meu documento — é o que consta da minha intervenção.

Eu não posso deixar de ter uma preocupação que comungo com todos os aveirenses que é relativamente à questão das taxas que estão a ser praticadas pelas águas. E o que eu penso é que aí o município terá de ter uma atenção especial.

Eu, pessoalmente, considero que as taxas estão muito altas.”

Vogal Francisco Picado (PS)¹⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)¹⁹

Vogal Francisco Picado (PS)²⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)²¹

Vogal Francisco Picado (PS)²²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)²³

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)²⁴

Vogal Condinho Vargas (PS)²⁵

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD)²⁶

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Ana Seiça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:²⁷

“Boa noite a todos. Tinha pensado que não valeria a pena eu fazer qualquer intervenção. Contudo, depois daquilo que eu tenho estado a ouvir, não consigo deixar de pelo menos deixar aqui umas ideias, que é aquilo que me sugerem todas estas intervenções. Devo dizer que estou deveras surpreendida com a intervenção do Senhor Presidente, com um tom irónico como apresentou, como resposta à moção de censura, quem sou eu para lhe dizer que não tem esse direito? Era só o que faltava! Estamos numa Assembleia de democrática, obviamente terá que se defender. O que eu acho extraordinário, é que se possa criticar a moção de censura, estando nós numa Assembleia que foi democraticamente eleita e na qual cada um de nós pode expor o seu ponto de vista, sem peias ou receios, porque somos donos de cada um, é dono da sua verdade. E assim estamos apenas a cumprir, a utilizar um acto previsto na Constituição e no exercício verdadeiramente da democracia. Por isso tem todo o cabimento, creio eu, fazer aqui esta moção de censura apresentada pelo PS. Independentemente dos considerandos poderem ser aceites ou não serem, serem questionáveis e são, é a forma como o PS tem visto e apreciado a intervenção do executivo.

E com isso cremos contudo que o PS está a dar um contributo, que obviamente pelas várias intervenções já aqui ouvidas, mais uma vez não serão ouvidas! O que o PS quer dizer é que tendo sido a Câmara, este executivo eleito, segundo mandato, ninguém enganou ninguém, votou-se desta forma, mas também se votou para que estivessem cá elementos de outros partidos e pudessem dessa forma também dar o seu contributo e a sua opinião. Assim, aparecem várias perspectivas e também várias análises contraditórias. Eu, quando o executivo ganhou as eleições, fê-lo e nós PS percebemos porquê, também ninguém gosta de perder, nem os senhores quando perderem a Câmara também vão gostar! Mas aceitamos as regras da democracia e ouvimos com atenção aquilo que as pessoas têm para dizer. É uma maçada, pois é! Às vezes ouvimos aquilo que não queremos.

Bom, mas o que é certo é que ao serem eleitos, os Senhores fizeram-no e disseram que iriam repor a verdade, fazer bem as contas, tratar dos problemas económicos e tornar esta cidade melhor e muito mais perfeita do que aquilo que herdaram.

O primeiro mandato os senhores ficaram a saber, parece-me a mim que já sabiam qual era a situação, mas se não sabiam nessa altura ficaram a saber, explicaram as vossas razões e foram a segunda vez a eleições, voltaram a ganhar, na convicção de que o mandato que iriam exercer era nesse sentido.

Creio que não podemos estar a justificar permanentemente as dificuldades da Câmara apenas por causa dos problemas deixados pela anterior governação socialista, porque se não, nós vamos por aí fora e chegamos se calhar ao Dom Afonso Henriques, que nunca deveria ter vindo por aí abaixo e nós neste momento éramos uma província de Espanha, talvez ficássemos todos mais satisfeitos digo eu. Portanto, não podemos estar a justificar permanentemente com o mesmo motivo, com a mesma razão, até porque os Senhores nos apresentam contas dizendo que recuperaram imenso, que o défice é muito menor do que aquilo que nós dizemos. Perante isto eu acho que na minha opinião, os Senhores continuam a não fazer aquilo que se comprometeram e eu lamento dizer, que de facto a cidade não melhorou! Tem dificuldades económicas, toda a gente sabe, os culpados também sabemos quem são, foi sempre o PS. Mas os Senhores estão para recuperar e ainda não recuperaram! As ruas continuam cheias de buracos, também era para tratar desse assunto. Os jardins também não apresentam grande qualidade. Não quero falar no parque, porque isto foi a notícia da semana com a destruição do ringue de patinagem, vossa excelência andou lá a jogar! Muita gente que aqui está também andou lá a jogar. Eu fui para os baloiços e lá onde estiveram o Senhor Adriano, que é uma figura conhecida como conheceu certamente, deve dar voltas na tumba, para saber porque é que destruíram os baloiços? Que ninguém podia sequer pôr o pé na relva! Bom, mas a situação da cidade de facto está má, está má e foi para isso que os Senhores foram eleitos.

E é por isso que nós estamos a dizer que os Senhores estão a governar mal! E é uma moção de censura que faz todo o sentido. Ao contrário do que aqui foi dito, o PS apresentou esta moção de censura quando entendeu que o deveria fazer, não é por motivo eleitoralistas. Achou que chegou a altura de dizer.

Os Senhores não estão a governar bem. Aliás tem sido dito ao longo do tempo e ao contrário do que é dito aqui, nós demos a nossa cooperação, mas ninguém nos quis ouvir e depois vêm criticar que nós permanentemente não votamos favoravelmente aquilo que nos propõem e nós perguntamos também quantas vezes é que os Senhores votaram favoravelmente algumas das nossas propostas? Ou, utilizando a votação que têm, que é o poder das maiorias contra as minorias, que não vale a pena.

Eu penso muitas vezes que não faz sentido nós estarmos aqui, os Senhores governam à vontade e serão responsáveis por tudo aquilo que fizerem e depois os aveirenses que não são enganados por ninguém, porque sabem votar como o povo português, quando chegar a altura esperemos nós que saibam também compensar ou não! Portanto é só para dizer que realmente a situação não é das melhores, não é das mais favoráveis, a vossa governação não está no sentido que os Senhores tinham prometido, a moção de censura faz todo o sentido.

Eu não podia deixar também de dizer, que ao contrário daquilo que se passa aqui todos os dias, que estão sempre, sempre, sempre, sempre, todos os dias a dizer a mesma coisa, portanto nós acabamos todos por estar cansados com a situação, ainda não chegámos à situação do Senhor Secretário de Estado dos Transportes que até propôs que se fizesse uma estátua para o actual Primeiro-ministro!? Isto ultrapassa tudo aquilo que é razoável, mas como se fala (ouvem-se vozes).

Peço desculpa! Mas para fazer aqui assim um protesto. Nós estamos aqui todos por direito próprio, há que respeitar as pessoas e não estar ai uns a dizer aos outros, que somos todos umas pessoas muito mal-educadas. Isto já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira vez. E eu agradecia que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamasse a atenção, há que respeitar, isso é viver em democracia, respeitarmo-nos uns aos outros. Temos posições diferentes! Temos pena, como costuma dizer a gente nova. Tenho dito.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)²⁸

Vogal Marques Pereira (PS)²⁹

Bruno Costa (PPD/PSD)³⁰

Vogal Celina França (PS)³¹

Vogal Silvia Ribeiro (PPD/PSD)³²

Vogal Raul Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:³³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu acho que estamos aqui perante uma missão de censura e acho também que os aveirenses deviam ter memória, porque de facto esta moção de censura, mais não é do que trazer à tona da água o logro. É que os aveirenses caíram, quando votaram no Dr. Élio Maia para o segundo mandato! Logro, engano, mentira. Lembram-se? (Eu lembro-me, que eu nestas coisas como ainda sou do milénio passado, tenho uma memória que tem de abranger muito tempo) que o Senhor Presidente da Câmara na altura disse, quando foi do seu programa eleitoral disse, que tinha finalmente a situação financeira do município resolvida. Foi isso que ele disse. Também agora vai dizer que não, que foram os jornalistas, que esses são uns mentirosos que estão sempre a mentir daquilo que ele diz. Mas foi isso que ele disse e agora vem dizer que afinal não, não estava. O que ele disse na altura é que já tinha conseguido financiamentos para a execução de quatrocentos milhões de euros de investimentos no concelho. Lembram-se disso? Não se lembram. Os aveirenses foram enganados, foi um logro. Eu gostarei de intervir na segunda parte e por isso não vou gastar o meu tempo todo, mas eu gostava que se lembrassem de uma coisa, que a única grande obra que este executivo fez nos dois mandatos foi deitar abaixo o edifício da EPA. Foi a única obra que eu vi fazer. Mas aquelas grandes promessas, lembram-se, a concretização da carta educativa, a criação de novas zonas industriais, a tão prometida construção onde a pista de canoagem e de remo do Rio Novo do Príncipe? A requalificação da Pateira de Requeixo, com a qual também com os votos dos quais conseguiu enganar os aveirenses e ganhar as eleições? A requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho está agora para o ano de 2018? Não para depois, para depois. A criação de uma centralidade no município aveirense. Então o Senhor Presidente prometeu isto e agora está indignado, porque alguém em nome dos aveirenses, coloca aí uma Moção de censura ao seu trabalho à frente da Câmara. Lembrem-se, lembrem-se, esta foi a Câmara que pôs o Embaixador da França em Portugal a pagar o almoço ao assessor da Câmara? Lembram-se disso? Já não se lembram, mas eu lembro-me. Esta foi a Câmara que do negócio fixo, da taxa fixa do empréstimo dos cinquenta e oito milhões e que só depois de martirizado pelo PS aqui é que renegociou essa taxa? Esta é a Câmara do negócio da AdRA. Esta é a Câmara do negócio das piscinas. Esta é a Câmara do negócio da Moveaveiro. Então não merece censura? Não merece censura pública e o repúdio dos aveirenses? Esta é a Câmara que acabou com a política cultural da cidade de Aveiro. Esta é a Câmara das dívidas às Juntas de Freguesia. Esta é a Câmara dos buracos das estradas e das ruas. Esta é a Câmara da tal célebre parceria público privada, para construção das escolas e dos parques de estacionamento, tão prometidos. De facto esta Câmara, este executivo merece toda a censura. Este executivo tem sido uma voz mole ou inexistente no contexto distrital, de que devia ter a liderança. A voz que dizia: “calma que nós vamos de outra forma resolver o problema dos pórticos do estádio” A Câmara e a voz o que efectivamente desenvolveu em Aveiro, aquilo que realmente sabem desenvolver é o cluster do lixo! Disse.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:³⁴

Eu vou ser curto nesta primeira intervenção. O meu colega de bancada já disse muito aqui sobre esta moção de censura. Já várias bancadas se mostraram desiludidas com a Moção de censura apresentada aqui pelo PS, devido à falta de conteúdo, ao facto de ser uma Moção fechada sobre si mesma, etc, etc.

Eu devo dizer que não fiquei desiludido. Na verdade não estava à espera de mais. E isso porque, na apresentação de hoje, o deputado Gonçalo Fonseca (acredito que sem querer) demonstrou aquilo que é a política para o PS. Disse que temos um presidente péssimo (e eu concordo) para logo a seguir o desafiar a candidatar-se de novo à Câmara Municipal! É um contrassenso. Mas também é significativo porque define aquilo que é a política para o PS — um mero jogo de poder e não uma forma de organização da polis.

As consequências disto foram ontem resumidas por um conhecido jornalista e escritor da nossa praça, Miguel Sousa Tavares, que fez uma pergunta de retórica sobre este governo. Pergunta ele: "Não há ninguém no governo, que consiga redigir um contrato em que o Estado não seja sempre comido por parvo?"

Esta é a pergunta que os aveirenses fazem sobre este nosso executivo. Sendo que eu considero que esta questão, no governo e em Aveiro, não é defeito do PSD/CDS, é feitio!

O PSD e o CDS por onde passam, fazem com que o Estado seja continuamente comido por parvo. E tendo em conta esta evidência, encontraríamos todos os motivos para censurar este executivo.

O problema aqui é que o PS é igual, e só apresenta esta Moção de Censura para fingir que não.

Agora, como já foi dito muito sobre esta moção, principalmente que ela é vazia de conteúdo, eu quero dar apenas dois ou três exemplos nesta primeira intervenção, de como PS e PSD se complementam nesta operação de fazer com que o Estado seja continuamente comido por parvo.

Exemplos aqui de Aveiro: este executivo limitou-se, por exemplo, a continuar os negócios lesivos de interesse público que o PS já tinha iniciado no negócio do PDA. 49% foi vendido (quase dado) pelo executivo do PS a uma empresa privada! Mas depois o PSD limitou-se a fazer um aumento de capital em que mais uma vez o estado foi comido por parvo. cedeu a maioria capital social e não recebeu nada!?

O mesmo se passou com a MoveAveiro. Se o PS não tivesse criado uma empresa municipal mas sim garantido um serviço essencial para os cidadãos o PSD não poderia ter privatizado de forma disfarçada as linhas mais lucrativas da empresa.

Agora a discussão sobre o PAEL aqui tida também é elucidativa. O PS acha que a Câmara devia candidatar-se ao PAEL disse aqui o deputado Nuno Marques. O PSD anunciou que o ia fazer, mas depois não fez!?! O que é ambos os partidos têm em comum nesta matéria? Ambos estão dispostos a impor de forma brutal a austeridade sobre os cidadãos.

Austeridade sobre austeridade. Austeridade nos impostos e taxas municipais sobre toda esta agressão brutal do governo.

O Bloco de Esquerda, que fique claro, não vai entrar nestes inócuos jogos de poder entre o PS e o PSD e aquele apêndice que é o CDS. Aliás, está cansado deles e apresenta-se à sociedade com uma proposta política alternativa realmente de Esquerda.

Sobre as razões para censurar este Executivo, guardo-me agora para a segunda volta."

Vogal Raul Martins (PS)³⁵

Vogal Ivar Corceiro (BE)³⁶

Vogal Paulo Lobo (CDS)³⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)³⁸

Vogal Nelson Peralta (BE)³⁹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁴⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata⁴¹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que todos nós ficámos mais esclarecidos com esta última intervenção do Partido Socialista, porque realmente está justificado porque é que esta moção é assim confrangedora e fraquinha, porque na Assembleia da República pelos vistos as moções também de censura que apresentam ao Governo são fraquinhas.

Realmente isto deixa-me desapontado, porque realmente eu gostava que nós realmente fossemos bons junto dos bons. Afinal nós somos bons, porque os outros são todos muito fraquinhos e isso realmente acho que termos uma fraca concorrência é realmente muito mau. E é um facto que Aveiro precisava de uma boa oposição. Infelizmente não temos uma boa oposição. Mas eu pensava que realmente, e eu tinha essa expectativa, de que o PS ao apresentar uma Moção o fizesse com qualidade. E por isso confesso que foi com espanto e também foi com tristeza, que verifiquei que afinal esta moção que o PS nos apresentou nestas parcas linhas, com vários erros e falsidades, afinal é isto que realmente o partido socialista nos traz no seu melhor.

Eu compreendo que o PS esteja numa fase em que quer treinar para a campanha eleitoral. E por isso eu considero que isto realmente foi o primeiro treino ou talvez assim, esta primeira folha que serviu de agendamento foi um primeiro treino e realmente nas reuniões que depois tiveram reconheceram que realmente estava fraquinho demais, que se calhar tinha corrido mal, que se calhar com uma folhita destas não chegavam lá e então fizeram alguma coisa mais elaborada para trazer a esta Assembleia.

O problema é que o que fica para a história e parece-me que aquilo que fica a manchar o partido socialista de Aveiro e também infelizmente vai ficar a manchar esta Assembleia, é o facto de ser este texto que vai ficar para a história e não tanto os discursos que depois o tentaram sustentar.

Porque é um facto que realmente aquilo que se apresenta neste texto não são realmente aquilo que se apregoou aqui que se devia fazer, que era o enquadramento político, que era mostrar uma visão de município, uma visão de cidade, uma visão de futuro.

Já aqui foi dito que aquilo que aparece nestas parcas linhas é mais uma discussão de retórica, é um louvor ao passado. E também aqui ficou conhecido que este louvor ao passado, afinal nós ficamos também sem perceber em que é que o líder do partido socialista não concordava no passado. Porque afinal saiu na altura de ser assessor do Senhor Presidente de Câmara na altura por discordâncias. E por isso não percebemos bem, então aquilo que foi o seu próprio louvor e subscrito pelo líder do PS ou então o louvor daquilo que é a maioria colegial do próprio partido socialista. E por isso volto àquela ideia inicial que realmente temos, o partido socialista está a treinar, mas parece-me que vai ter que continuar a treinar muito porque realmente não é com discursos destes e não é com faltas de consideração para com os membros desta Assembleia, que realmente o partido vai lá. Quando diz que realmente há ignorância por parte de membros desta Assembleia, só porque não concordam com as posições do partido socialista, parece-me que o partido socialista tem muito ainda a melhorar, tem muito a crescer, porque não é de certeza com um discurso destes que vai cativar os cidadãos. Os cidadãos votaram livremente e votaram livremente esta coligação, aliás fizeram-no repetidamente, porque este discurso que o Partido Socialista nos trás aqui a esta Assembleia é um discurso recorrente. Já no passado há quatro, cinco, seis anos, o partido socialista dizia a mesma coisa, que quando esta Câmara fosse a eleições, pois com certeza que perderia as eleições, porque realmente o partido socialista iria novamente ganhar, porque foi um equívoco aquilo que aconteceu em 2005. Pois aquilo que nós vimos, foi um reforço desta maioria, foi um reforço da Câmara do Dr. Élio Maia e por isso mais uma vez o partido socialista não tem razão. E é isto, e é isto que é uma pena que nós possamos ter uma oposição que continue a ver moinhos de vento e continue a combater moinhos de vento, qual Dom Quixote, sem cair na realidade e a realidade seria ser uma oposição construtora, que seria muito importante para nós que suportamos esta maioria. A situação económica da Câmara Municipal de Aveiro infelizmente para o partido socialista

mas melhorou. Já aqui foi dito, já aqui foi referido o relatório do Revisor Oficial de Contas. É um facto que hoje em dia os lotes de terrenos já não são hipotecados e vendidos em simultâneo. A Câmara neste momento é uma Câmara que nós nos podemos orgulhar de ser cumpridora das suas palavras. E por isso o património municipal valorizou neste mandato e os dados que nos foram aqui trazidos, mostram que o património municipal valorizou sessenta milhões de euros. E por isso, parece que a política do PS concelhio, à semelhança do PS nacional é aquela que opõe àquilo que os Governos fazem ou seja, aquilo que o PS faz é simplesmente ser do contra. Se a Câmara disser que vai tomar uma determinada medida, pois o PS vem defender ao contrário. Se a Câmara defender exactamente a medida contrária, pois o PS vem dizer exactamente aquilo que é contra a Câmara.

E por isso é que pelos vistos o PS foi finto e por isso caiu no logro de realmente estar a defender aquilo que a Câmara fez e por isso agora teve que dar o dito pelo não dito. Porque afinal aquilo que a Câmara fez, mais uma vez afinal não estava bem feito, nem aquilo que o PS disse afinal era aquilo que o PS queria dizer, porque queria dizer exactamente o contrário. E por isso é isto que nós lamentamos muito, que esteja a acontecer no nosso partido socialista e nós esperamos que realmente o partido socialista possa continuar a treinar e têm realmente o nosso apoio nesta Assembleia, para continuar realmente a fazer exercícios de retórica, mas que se aproximem mais com a prática, porque o município aveirense vai precisar de realmente de uma oposição forte nos próximos quatro anos. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁴²

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira⁴³

Vereadora Maria da Luz⁴⁴

Vereador Carlos Santos⁴⁵

Presidente da Câmara:⁴⁶

“Srs. Deputados. Quatro ou cinco notas finais procurando responder directamente às questões. A primeira acusação que aqui foi formulada foi que me terei limitado a responder aos considerandos da moção do PS, ao que estaria escrito na moção.

Fiz aquele que é o meu dever. Respondi às questões que foram formuladas. Normalmente os políticos são conhecidos pelo facto de não reponderem às questões que lhes são feitas, dizendo apenas o que lhes interessa e não aquilo que as pessoas lhes perguntam. Neste caso penso que as questões que lá estavam formuladas, não houve fuga a essas questões, e procurámos, dentro do possível, responder a essas mesmas questões.

Quanto à questão da democracia que levantou há pouco e a interpretação. Como sabem democracia não é anarquia, nem é oligarquia, isso é mais fácil. Democracia é uma forma de governo muito mais exigente, que tem de ter muito mais regras, que tem de ter muito mais princípios, que tem de ter muito, mas muito, mais valores que possam regular esta vida em comunidade, em que nós estamos. Por vezes o respeito ultrapassa um bocadinho esse limite, normalmente eu não subo o tom de voz, penso que já estou aqui há sete anos, e não é prática frequente eu fazê-lo, e se o faço, por vezes, é porque houve alguma razão que me tocou e me levou a isso, pelo que peço também aqui as minhas desculpas.

Quanto à ideia que o Executivo tem sobre a cidade, essa ideia está devidamente plasmada no nosso programa eleitoral que traduz aquelas que foram as discussões, as reflexões, os debates que fomos tendo, e que traduz aquela que é a nossa visão, a nossa mais partidarizada, se quiserem, do que deverá ser a cidade. Posteriormente tivemos a abertura de alargar e procurar valorizar essa visão com a elaboração do Plano Estratégico para a cidade por forma a envolvermos mais as gentes, mas forças políticas, para que também pudessem contribuir para essa ideia de cidade, e pensamos que nestes dois documentos, no

essencial, está a nossa visão, que começa por ter a visão de que não é apenas a nossa visão que deve contar mas uma visão mais alargada das pessoas na participação da construção do futuro da comunidade onde nos inserimos.

Quanto à questão da Dra. Maria Seíça Neves que estranhou que se critique uma moção de censura, até porque uma moção de censura é algo que está constitucionalmente salvaguardado. Bem... uma moção de censura, pelo facto de ser moção de censura, num regime democrático não fica imune, nem pode passar impune também, a ser censurada. E foi aquilo que fizemos. Dentro deste jogo democrático foi tentar transformar o que era moção de censura numa moção de censura à própria censura, em função da nossa perspectiva que temos dos assuntos que lá foram colocados.

Quanto à outra questão que colocou, quando em nossa casa acontecem obras é sempre uma chatice, é sempre horrível, penso que tinha a ver com o Sr. Adriano, as obras que decorrem, as dificuldades, e essas questões todas. Quando as obras decorrem na nossa casa é sempre um incómodo, temos que mudar as coisas todas, as camas, é uma chatice, é uma tristeza, é só problemas, mas no final, normalmente, depois das obras concluídas é uma alegria. Penso que aquele espaço que ali está vai sair altamente dignificado e vamos também honrar a memória do Sr. Adriano por quem todos tínhamos uma estima e uma simpatia muito elevadas.

Quanto ao andarmos sempre a desculparmo-nos com o passado, causa sempre alguns desgaste nestas questões. Ainda hoje, grande parte do dia foi passado por causa da RFER, amanhã vamos ter a RODIMO, enfim... quer dizer o quê? Que passamos grande parte do tempo a ter que forçosamente procurar aqueles nós todos, naqueles imbróglis que lá estão em alguns processos. Certamente é compreensível que muitas vezes no meio desta preocupação toda haja alguma frase menos correcta, algum juízo mais precipitado, da nossa parte, mas há questões que nos preocupam muito. São valores elevados, está aqui em causa muita coisa que gostaríamos de limpar enquanto aqui estivéssemos no município, para que quem possa vir a seguir a nós, e esse também é um dever de quem aqui está, de quem desempenha estas funções, é permitir que quem venha a seguir possa olhar para o futuro e possa andar para a frente, e não estar sempre amarrado a ter de resolver e tratar de problemas gravíssimos, uns já aqui vieram e outros virão também aqui em breve.

Quanto ao número de funcionários e às questões aqui colocadas.

Pode dizer o que quiser, pode até ser mal-educado como foi, desrespeitoso e deselegante. Tudo. Mas neste momento, dia catorze de novembro, tenho muito orgulho como Presidente de Câmara, tenho muita vaidade como Presidente de Câmara, de poder dizer aqui que todos os funcionários do Município de Aveiro têm a sua situação devidamente legalizada. Todos. Isto é, na prática, respeitar quem trabalha. Na prática, não é admitir conforme aconteceu durante muito tempo e depois fica-se por lá a ver o que é que aquilo vai dar. Neste momento, com todas as dificuldades, com todos os problemas, com todas as críticas, penso que o Município, a este nível, é um exemplo. A situação profissional de todos os funcionários da Câmara está devidamente legalizada. Tivemos que andar a legalizar muitas situações que os Srs. deveriam ter legalizado e não legalizaram. E também temos muito orgulho, muito orgulho, e diga-se o que se disser, que no balanço final, durante estes sete anos, com as dificuldades todas, dizer que o universo municipal, comparando dezembro de dois mil e cinco com julho deste ano, o balanço final, não é a árvore é a floresta, diz que nós temos menos trezentos e sessenta funcionários. Isto é, reduzimos um terço dos funcionários. Penso, certamente e estou à espera dos dados que o Partido Socialista ficou de nos trazer de quantos funcionários tinha quando entrou que era para nós podermos fazer essa comparação. Já lançámos esse desafio e esperamos que tragam esses números porque eles vão desmentir aquilo que vocês têm afirmado.

Por último, tinha, e não quero perder, uma ideia idílica e sonhadora de que a acção política é das actividades mais lindas, mais encantadoras e mais nobres, disse muito bem, que cada um

de nós pode e deve desempenhar no seio da sua comunidade. Apesar de tudo continuo a acreditar e espero até aos fins dos meus dias continuar com esta postura sonhadora. Acredito que nas eleições todos temos o direito de lutar pelo nosso programa, pelos nossos partidos, pelas nossas ideias, mas também gostaria muito que a seguir às eleições pudéssemos todos dar as mãos e procurar aquilo que é o interesse da comunidade que estamos a servir. O repto que há pouco o Dr. Pedro Ferreira aqui levantou está de pé. Estamos, naturalmente, disponíveis para valorizar a nossa acção com as propostas que venham da vossa parte. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁴⁷

“Será a Câmara passível de censura? Sim. É passível de ser censurada.

É passível de ser censurada pela maioria dos motivos apresentados nos considerandos do documento que nos foi apresentado. Motivos que não são novidade, que não são desconhecidos. Nenhum argumento novo foi apresentado.

Motivos que, no essencial, têm sido objeto da denúncia pública do PCP e da intervenção do PCP na Assembleia Municipal.

Refira-se a propósito, que ainda em Agosto em conferência de imprensa, o PCP tomou posição pública sobre vários aspetos da política municipal, tendo colocado em letra de forma que: “Câmara se afasta cada vez mais dos cidadãos que devia servir, lesando Aveiro”. Referindo, mais adiante, que não se percebe neste executivo, onde acaba a incompetência e onde começa a prossecução de interesses dos privados em diversas áreas de negócio.

Este executivo merece censura. Censura que é, aliás, cada vez mais pronunciada de viva voz nas ruas e praças do concelho e que transparece igualmente no fervilhar das redes sociais na Internet.

Censura que o PCP formula e que, como já afirmei, o PCP se preparava para corporizar de forma mais evidente nesta Assembleia, através de uma iniciativa semelhante à que o PS protagonizou, que tínhamos programada para a sessão ordinária de Dezembro.

Por tudo isto votaremos favoravelmente a moção de censura. Não porque concordemos com todos os considerandos da mesma ou como o modo como esses considerandos estão formulados. Que fique então muito claro.

Votaremos a favor trazendo a esta Assembleia a censura formulada por setores muito vastos da população do concelho, porque essa é a censura que verdadeiramente interessa.

Mas que fique igualmente claro que o voto a favor desta iniciativa do PS, não invalida o julgamento que formulamos relativamente quota parte de responsabilidade do PS no passado. No passado mais longínquo dos mandatos da maioria do PS na Câmara e no passado mais recente do PS enquanto força representada no executivo municipal.

Não vou escarpelizar essa responsabilidade, pois não é este o momento adequado.

Mas o PCP não pode deixar de recordar a este órgão e à população, duas ou três coisas, designadamente:

1) As enormes responsabilidades do PS na situação financeira da Câmara. Um legado de problemas que atual Câmara foi incapaz de resolver de forma adequada e atempada, tendo-o agravado substancialmente no final do primeiro mandato.

Um legado que continuará a pesar nos mandatos seguintes independentemente de quem os venha assumir.

2) A criação de um conjunto exagerado e inadequado de empresas municipais, abrindo caminho à entrada de interesses privados na esfera municipal de que o exemplo mais violento é o da MoveAveiro.

Ao apresentar a Moção de Censura o líder de bancada do PS referiu como exemplo justificativo a pera do aumento de capital da PDA. Esqueceu-se de referir que foi o executivo

do PS que, em 2005, em véspera de eleições, negociou com o Grupo Visabeira permitindo a sua entrada leonina no capital da PDA.

Já neste mandato o PS na Câmara, deu o seu voto favorável às isenções de alguns impostos à Naval Ria; à Motomig Soldadura; na alienação do Conservatório de Musica; na declaração de Interesse Público nos terrenos da Portucel; na compra de terrenos dos Estaleiros de S. Jacinto por valor muito superior ao da avaliação; na aprovação do 2º Relatório Semestral de Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

Já neste mandato o PS, na Câmara absteve-se, talvez violentamente nas palavras, mas viabilizando na prática o Orçamento para ano 2010; o 5.º Relatório Semestral de Execução do Plano de Saneamento Financeiro; e no Regulamento dos Mercados Retalhistas.

Mas o máximo da desatenção política (para não lhe chamar logro político) foi o subir à tribuna da Assembleia, como fez o líder do PS, e criticar como “pecado” desta maioria, os termos do alargamento da concessão a privados do sistema de captação de água do Carvoeiro — quando o PS votou favoravelmente esses mesmos termos!?

Concluindo. Vamos votar a favor da Moção de Censura. Ao fazê-lo não compartilhamos, nem queremos compartilhar, as motivações declaradas ou omitidas do PS.

Iremos votar a favor da Moção da Censura porque a isso nos interpela o julgamento que fazemos da vontade dos aveirenses. Tenho dito”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁴⁸

“Bem, na primeira volta dediquei-me ao conteúdo da Moção de Censura, com cujo princípio concordo, ninguém tenha dúvida disso. Mas acho que é necessário referir aqui o que mais sobressaiu neste debate.

É verdade o que se disse sobre a Moção. Mas é ainda mais verdade que as bancadas do PSD e do CDS não conseguiram defender aquela que tem sido a sua própria política. A explicação é fácil para mim — a política do PSD e do seu apêndice é indefensável.

A verdade é que razões para mover uma Moção de Censura sobre este executivo não faltam. Ele é a política da Água, que os Aveirenses já estão a sentir na pele pagando-a muito mais cara, por causa duma negociata que ninguém pode compreender! E que, atenção, com a vontade política declarada de privatizar as Águas de Portugal, porque vai sair ainda mais cara à população.

Por responsabilidade desta Câmara já no próximo ano vamos ter cidadãos aveirenses sem dinheiro para ter água canalizada em casa. Vocês estão a conseguir negar o acesso dum recurso essencial primário à população.

Ele é a política de habitação social, que não passa duma péssima intenção de vender casas a quem não tem dinheiro.

Nunca ouvi nesta assembleia para resolver o problema do direito à habitação dos aveirenses, nada mais do que a tentativa de vender casas a quem é pobre!?

Ele é toda a negociata suja das Piscinas e do Estádio Municipal.

É incrível como é que um executivo pode ser tão incompetente e tão pouco claro num negócio que acabou com um dos equipamentos desportivos principais do concelho em nome do patrocínio duma equipa profissional de futebol!?

Ele é a privatização disfarçada das linhas da MoveAveiro, que na verdade até se deveu a uma incompetência maior (ouvem-se vozes). É ou não verdade que a Transdev emprestou gasóleo à MoveAveiro, que estava com os tanques vazios, e a CMA não tinha como pagar? Vocês afundaram totalmente uma empresa municipal e puseram em iminente perigo de despedimento os seus trabalhadores.

Ele é a concessão por 60 anos de todo o estacionamento público da cidade. Uma ideia completamente alucinada que vai comprometer os próximos quinze executivos deste

concelho. No ano 2070, por vontade deste executivo, os automóveis ainda estarão a pagar a uma empresa privada para estacionar. Isto é de loucos!

Ele é uma política cultural igual a zero. Eu diria melhor, menos que zero.

Nesta área é verdade que Aveiro se tornou motivo de troça de todo o país. Andou a gerir um equipamento como o Teatro Aveirense sem um fio condutor mínimo, sem capacidade de realizar ou cumprir orçamentos.

Ele é o Parque da Sustentabilidade, que não passa de um projecto sem sentido nenhum, que está a transformar a cidade numa poça de lama. Desistiram da ponte sobre o Canal Central — deviam ter desistido de tudo. Aliás, sempre houve uma esperança que eu tive com este executivo. É que é tão incompetente que há sempre essa luz ao fundo do túnel que é a falta de capacidade para concretizar aquilo a que se propõem. Felizmente verificou-se na ponte central, deixando aberta uma ferida aberta, é certo, mas menos mal. Um Verão inteiro com o postal de Aveiro transformado num estaleiro para nada.

E depois, como é que esta Câmara se orgulha de criar 360 desempregos (não são empregos) para poder criar tachos aos amigos e família? É ou não é verdade que a esposa do Vereador Pedro Ferreira entrou na câmara, por exemplo?

É claro que se justifica esta Moção de Censura a este executivo. É claro que sim. Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁴⁹

Vogal Paulo Lobo (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁵⁰

“Muito obrigado, Senhor Presidente de Câmara, Senhor Presidente da Mesa, excelentíssimos deputados. Em primeiro lugar gostaria de lembrar ao caro Deputado do BE, que o CDS é um Partido assumido, faz parte da coligação e não é muleta, nem apêndice de ninguém. Seguramente não somos uma amálgama de partidos de esquerda ou de grupos de esquerda com direcção bicéfala. Em face ao que foi exposto aqui durante esta noite, o que foi dito pelos membros da bancada da maioria, pouco mais resta acrescentar, é minha opinião que a apresentação desta moção de censura, nesta moção assistimos a um exercício puro de demagogia política. O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores desmontaram verdadeira e brilhantemente os falsos pressupostos da moção. E face a tudo isto, obviamente votamos contra a moção de censura. Muito obrigado.”

Vogal Raul Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁵¹

“Muito obrigado. Queria começar por dizer que ao ouvir a última tirada do Senhor Presidente da Câmara, tirada politqueira diga-se de passagem, até me apeteceu mandar tocar o hino, faltava-lhe ali um bocado de hino por trás para enaltecer essas grandes vitórias políticas e essas grandes medidas políticas que vem a tomar.

As mistificações, as grandes mistificações que disse Senhor Presidente, falar dos funcionários e do número dos funcionários, é uma mistificação que os aveirenses estão habituados a ouvir e já conhecem e obviamente não caem nessa.

A única coisa que eu retirei de tudo isto, foi que basicamente daquilo que disse o Senhor Presidente veio confirmar aquele célebre provérbio que diz que “todas as opiniões são boas, mesmo as que são más”.

De facto, como eu já disse há muito tempo, o Dr. Élio Maia mais não é do que um autocrata com ar bonacheirão, que nos vem para aqui enfim tentar mistificar, tentar fazer a nuvem por juno.

E o PS tem algumas culpas nisso, eu lembro-me que o PS na altura ridicularizou a atividade do Dr. Élio Maia, quando ele deu uma entrevista que disse – sabe que isto da Câmara, nós temos muito trabalho não é. Muito trabalho, dá uma trabalhadeira, como agora diz, uma

trabalheira. Naquela altura a trabalheira era das galinhas de uma vizinha que tinham saltado para o quintal da outra e que lhe andavam a comer não sei o quê!

Ora foi a nossa infelicidade, foi ridicularizar isso. Porque era isso que o Dr. Élio Maia sabia fazer bem. Era dirimir os conflitos quando as galinhas da vizinha saltavam para o quintal ao lado. O problema é dar-lhe algum poder para resolver os problemas de Aveiro porque aí é efectivamente um desastre.

Umhas pequenas notas para efectivamente falar também daquilo que os senhores deputados como é costume disseram. Os Serviços Municipalizados davam um grande prejuízo!? Esta agora é nova! Esta agora é nova. Eu julguei que era ao contrário, era que os Serviços Municipalizados eram uma empresa, não era bem uma empresa era uma parte que efectivamente dentro da cidade; primeiro funcionavam bem e segundo tinham resultados positivos, pelo menos no médio prazo, porque como é óbvio tinham feito investimentos fortíssimos, nomeadamente na área das águas, que não deram resultado, porque entretanto a mais valia de tudo isso que foi feito e do sacrifício que foi pedido aos aveirenses, foi dada de mão beijada no negócio da AdRA!

Que obviamente a que outros municípios aderiram. Claro, para eles foi bom, para Aveiro é que foi mau. Porque Aveiro obviamente desbaratou o activo que tinha e desbaratou, e deu por cinco reis e para além disso tinha um poder negocial fortíssimo, porque sem Aveiro concordar, o negócio não seria feito também nos outros concelhos.

Cluster do lixo. Claro, mas as palavras não são minhas. Quem defendeu para Aveiro o Cluster do lixo, o que aliás está a cumprir exemplarmente foi o Dr. Pedro Ferreira, não fui eu. Foi, foi.

O Cluster do lixo foi defendido por vossa excelência que disse, Aveiro tem muitas oportunidades de emprego, de não sei quantas mais no sector do lixo e agora nem a estrada para lá ainda está concluída.

Bem, finalmente uma nota porque ouço aqui sempre dizer isso e uma nota para dizer que não foi o Governo, entendam isso. A história há-de julgar isso e penso que mais cedo do que as pessoas pensam. Não foi o Governo do PS que pôs o país neste estado. O que pôs o país no estado em que actualmente estamos, foram as desastrosas medidas deste Governo, deste actual Governo, para combater o problema da dívida soberana.

Outros países como os Estados Unidos têm dívidas superiores a 100% do PIB e o Japão tem uma dívida de 500% do PIB. Pois foi, as culpas não são do PS, as culpas são deste Governo, que mais não é do que um apêndice da Senhora Merkel e de todos aqueles que querem transformar isto numa colónia de férias para os europeus, e que o transformaram num puto, num miúdo que apenas anda atrás dela acolitar-lhe e a apoiar-lhe as medidas. Aliás o que ela também agradece, porque ainda há dias veio cá agradecer, veio ver os negócios que podia cá fazer, não ficou muito contente pela EDP ter ido para os Chineses, veio ver o que podia cá comprar e veio obviamente dar duas palmadas nas costas ao seu querido amigo Passos Coelho, que tudo tem feito no sentido de conduzir este país a um buraco e a um abismo do qual certamente não sairemos na próxima década.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:52

“De facto é difícil discutir algumas questões políticas de fundo, até porque as respostas centraram-se em questões de pormenor.

Mas já que querem falar de questões de pormenor, eu não pude deixar de fazer esta segunda intervenção, porque podemos sair daqui todos com a percepção que algumas coisas que foram ditas são efectivamente assim.

Deixem-me passar a exemplificar. A Vereadora da Cultura fala-nos, cita-nos as palavras de um Secretário de Estado, que já não o é! Que já não o é. É essa a resposta às questões culturais do município? Cita-nos um Secretário de Estado que deixou de o ser. O Senhor

Vereador Pedro Ferreira diz que não aumentaram, que tiveram uma política fiscal consistente e constante ao longo dos três, mais o que se avizinha, para não onerarem os munícipes — pois no IMI não precisa de onerar porque há quem o vá fazer por si. Portanto não tem qualquer tipo de problemas, mas deixe-me que lhe diga, onera os munícipes. Onera os munícipes com Água, com os Transportes, e com a Taxa que vamos discutir no ponto a seguir, da Protecção Civil, etc., etc.. Onera, eu não estou a dizer se onera muito, se onera pouco mas onera. Não onerou pela via que disse, mas onera por outras vias e portanto quando fala desta questão devia colocar estas questões no seu todo, no seu global.

Teceu também um comentário relativamente à questão da gralha na Moção de Censura!? Pois deixe que lhe lembre uma coisa muito simples e já que quer ir a esse detalhe, nós discutimos aqui um Regulamento, nós discutimos aqui uma alteração no Regulamento, onde não tínhamos como suporte o Regulamento inicial e o Regulamento final e os senhores não retiraram o Regulamento! E já que querem ir a esse detalhe, diga-me se é possível em consciência, votar as alterações de um Regulamento onde o Senhor vereador não sabe quais foram as alterações ou quais eram as alterações que nós estávamos a votar?

Portanto sejamos amplos nestas questões. Isso aconteceu aqui e, portanto, não estou a inventar, não é um facto inventado.

Senhor Vereador Carlos Santos em termos de Mobilidade, o Senhor pode ter a opinião que os Transportes estão melhores e eu posso ter a opinião que os Transportes estão piores. Só que há uma diferença grande entre isto. É que eu sou membro da Assembleia Municipal e o Senhor é Vereador do Pelouro. E quando me apresenta ou quando nos apresenta ou quando apresenta aos aveirenses esta questão, o Senhor tem que fundamentar, o Senhor Vereador tem que fundamentar, porque nós não estamos nesse aspecto em pé de igualdade.

O Senhor Vereador está incumbido, foi eleito, para desempenhar uma missão. E quando discutimos estas questões, obviamente que a sua argumentação, a argumentação do Senhor Vereador tem que ser muito mais consistente do que eventualmente a minha, a não ser que eu tenha acesso aos mesmos dados, sendo que no limite nunca o poderei ter porque eu não estou a desempenhar funções executivas.

Portanto este tipo de conversa tem que ser muito mais sustentada e a informação e por isso é que nós muitas vezes como disse, invocamos o facto de não termos os dados todos para podermos discutir.

O Senhor Vereador Pedro Ferreira mandou-nos ler as actas! O Senhor Vereador, convinha que as atas estivessem todas no sítio certo, porque pelos vistos estão com algum atraso em termos de consulta.

Relativamente à questão dos Serviços Municipalizados. Eu gostaria também de perguntar se os Serviços davam prejuízo e então gostaria de perguntar qual é a situação neste momento dos Serviços Municipalizados? E focar uma questão que é muito interessante, parece-me muito interessante, da qual o executivo faz pouca utilização que é a questão da certificação. De facto o município com Serviços certificados deve fazer uso dessa certificação. Eu gostaria de saber, porque é que não fazem um uso mais acrescido dessa certificação de processos? Para terminar o Senhor Presidente disse que geria o município procurando que no futuro não se olhasse, ou não se estivesse permanentemente a olhar para trás.

Senhor Presidente, sem nenhuma ponta de alegria, embora haja pessoas que possam pensar que alguém pode desejar mal ao município ou que alguém pode desejar insucesso ao município, já é a segunda vez ou a terceira que esta questão é aqui colocada, sem nenhum regozijo, não me parece que quem venha gerir a Câmara no próximo mandato, não possa deixar de olhar para trás.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, nos termos regimentais,⁵³ colocou à votação do plenário o prosseguimento dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando oposição.

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁵⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁵⁵

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à Votação⁵⁶ o Ponto 10 – Estado do Município – Moção de Censura, sendo a mesma rejeitada com vinte e quatro votos contra (PSD19+CDS4+IND1), zero abstenções e catorze votos a favor (PS11+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):⁵⁷

“Votámos a favor da Moção de Censura, pelas razões invocadas na nossa intervenção de fundo, fundamentalmente porque é isso nos interpela o julgamento que fazemos da vontade dos Aveirenses.”

Vogal Nelson Peralta (BE):⁵⁸

“Declaração de voto. Como não há nada mais claro do que as intervenções que fizemos sobre este assunto ao longo desta Assembleia Municipal, ficou bastante claro que existem vários e diria mesmo, demasiados motivos, para censurar este executivo PSD/CDS.”

Presidente da Mesa

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada⁵⁹ por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada⁶⁰ a sexta reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 21 de Novembro (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 15 de Novembro de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)